

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

*HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES*

II



COIMBRA/1977

## **PARA O ENCONTRO DE UMA DINÂMICA CONCRETA NA SOCIEDADE PORTUGUESA (1820-1836)**

No que se refere à sociedade portuguesa, na sucessiva constituição e funcionamento, que a tem caracterizado, nunca se tentou conhecer (menos ainda medir) a sua efectiva mobilidade interna. Nunca se definiram os diversos modos da polarização dinâmica nem os seus efeitos nas diferentes estruturas políticas que nela se implantaram. Pelo contrário, tudo tem sido considerado como se esses processos internos nunca tivessem existido ou fossem secundários. Analisada segundo esquemas sociais elaborados para outras sociedades, suprimem-se ou secundarizam-se as diferenças, embora funcionais, com as categorias importadas. A sociedade portuguesa tem estado sujeita à invocação de classes que não foram delineadas para o seu contexto. Não se tentou sequer um escalonamento que ajustasse as composições inspiradoras. Acresce que essas classes, além da definição «importada», são apresentadas como permanentes. Assim, por exemplo, tudo se passa como se a «burguesia» do século xiv, que teria orientado e explicaria a «Revolução» de 1383, não tivesse variado de conteúdo até 1910, data da revolução republicana, «fabricada» pela mesma classe, cuja constante potencialidade mutacional e inalterável conteúdo deveriam impressionar qualquer investigador, ainda que modesto. O mesmo se dá com o «nobre», cuja composição socio-psicológica se toma por estabelecida, de uma vez por todas. E contudo, em história social, não se pode deixar de ter presente a extraordinária importância de saber-se como se ganha e se perde a nobreza. Assim como se é, ou deixa de ser, cidadão ou «vizinho», como se troca o comércio pela indústria, ou vice-versa, como se ingressa no funcionalismo e quais ou quem procura cargos ou os recebe.

Tudo se passa como se esses fenómenos tivessem uma formulação inalterável, de época para época, ao longo dos anos, dos regimes, das

situações. Não admira que a consequência seja ignorar-se como tem funcionado a sociedade portuguesa ou que se tenham esquecido grupos sociais específicos para se salientarem outros, mais vulgarizados, ainda que a sua notória insuficiência dinâmica seja substituída pela insistência nesse mesmo dinamismo. As generalidades úteis. Nunca se tem procurado saber qual o modelo de sociedade procurado pelos sucessivos sistemas de governo, afinal herdeiros de experiência política nacional. Com ela, têm conseguido manter unificado e administrar Portugal.

Na sociedade portuguesa, os objectivos mais significativos e empolgantes têm sido, por um lado, a independência política; por outro lado, a valorização concreta e imediata de corpos sociais limitados, numa luta por vantagens tangíveis, desinteressada da promulgação de estatutos e regulamentos que os coajam em categorias sociais abstractas, qualquer que seja a sua natureza. Para garantir a primeira, tem-se verificado um fácil acordo entre as classes, com vista a enfrentar unitariamente os problemas internacionais ou os conflitos internos que ponham em perigo a segurança do Estado : se considerarmos qualquer dos movimentos colectivos, em Portugal, logo verificamos que a expressão nacional apresenta grande veemência e capacidade mobilizadora.

No que se refere à valorização dos grupos sociais, vemo-los desinteressados de técnicas de acção colectiva. Pelo contrário, têm actuado, quase sempre, pressupondo legítimas a hierarquia de funções e habilitações, a dependência da chefia, das Cortes, do Parlamento, das organizações locais. Têm preferido agir no sentido do reconhecimento diferencial do esforço próprio, atento às formas de projecção regional, clerical ou cidadina; estimam o ingresso na nobreza, em ordens ou categorias profissionais prestigiadas, ou a distinção por escolha. Partindo destas formas de presença pública, as pessoas, as famílias, as ordens, as áreas ou serviços chegam, em sucessivos escalões, ao significado nacional. Mas tudo isso sempre se revelou muito difícil de levar a um funcionamento por estatutos gerais. As categorias sociais portuguesas definem-se mais por tendências do que por regulamentos ou situações específicas.

Em Portugal, ao contrário do que, muitas vezes, se diz, sempre tem sido difícil formarem-se grupos sociais de certa amplitude, sem que eles exerçam funções práticas imediatamente úteis e necessárias. País pobre, de esforçada, mas limitada, produtividade agrícola, e com um restrito número de quadros, a distribuição dos encargos adminis-

trativos, militares, económicos, culturais, exigidos pela sociedade organizada e responsável, atinge a todos. Um estudo cuidado da sociedade portuguesa encontra um número muito reduzido de meros usufrutuários do sistema, por um lado, ou de puros dependentes, por outro. No que se refere à história agrária, o que tem predominado nos campos portugueses é tanto o «assalariado-rendeiro-lavrador», como o «fidalgo-lavrador-militar-funcionário», categorias convergentes, em termos sociais, sem que o sejam em termos de serviços prestados, entrega das cotas combinadas ou funções remuneradas. Até fins do século xix, o camponês assalariado exclusivo, mesmo na categoria de criado, não tem densidade operativa. Além disso, é bem sabido que, até princípios do século xix, as categorias do clero e da nobreza recebiam, em proporção variável, elementos de todos as proveniências sociais, se exceptuarmos o exercício directo do artesanato e do comércio de retalho. Mas, mesmo nestes casos, encontramos excepções, alegando exercício remoto do mister; podem referir-se casos de fidalgos que tiram lucro do comércio de retalho, exercido por «interposta» pessoa (!). E no que se refere à actividade industrial, são igualmente frequentes os exemplos de interesse fiscal e fomentário por parte de fidalgos e ordens religiosas (2).

A fácil transferência de funções, serviços ou actividades é uma característica da sociedade portuguesa. Do clero (cujo recrutamento tinha restrições muito limitadas) vinham os administradores rurais, os professores, assim como servidores do Estado, além de exercerem funções interessantes como as de armazenistas, construtores civis, assim como, obviamente, a assistência religiosa. À nobreza iam buscar-se muitos funcionários, administradores locais, ultramarinos, gerentes de empresa, quadros de navios, juizes, militares, etc. Nobreza era mais uma «posição» do que uma classe específica. Os cidadãos transitavam, com facilidade, para ela exercendo funções no tráfego ultramarino, na cobrança ou arrendamento dos impostos,

0) Muitos dos fidalgos, com quintas na «borda de água», próximas de Lisboa, faziam vender parte da sua produção, a retalho, ao público da cidade, facto que ocorreu até ao século xx.

(2) A título de exemplo, vejam-se os interesses «saboeiros» do Conde de Castelo Melhor ou das freirás de Santa Clara, em Lisboa, as ferrarias ligadas a Alcobça, ao mosteiro das Albertas, também em Lisboa, etc., ou a exploração de moinhos, azenhas, pisoarias, localizadas em conventos, um pouco por todo o País.

dispondo de privilégios correspondentes a tão variados serviços. Mobilidade que é indispensável ter em conta, quando se estuda o funcionamento do *Santo Ofício* ou se analisam os inquéritos das «ordens» acerca da proveniência dos candidatos. Tentar compreender uma sociedade como esta, a partir de conceitos de classe construídos segundo as relações de produção é conceber grupos humanos de tal modo gerais, e abstractamente compulsivos que nada explicam do comportamento concreto. A delimitação de interesses inalteráveis, coerentes e comuns (essencial à «consciência de classe»), não podia pré-existir, uma vez que os nexos com as relações de produção eram múltiplos e divergentes. Em contrapartida, têm forte valor dinâmico imediato os grupos sociais quando considerados a partir das suas vias e modos de «subida» e «classificação», ou segundo as condições de acesso a categorias cobiçadas pelo prestígio público e usufruto de um conjunto de privilégios gerais.

O esforço pelo lugar favorável, dentro da mobilidade social, a rivalidade que isso implica entre grupos afins, ou mesmo dentro de cada um deles, tem um relevo insistente na sociedade portuguesa e afecta o seu funcionamento político. O conhecimento dos seus mecanismos é condição necessária para uma percepção operativa da nossa história social. Como exemplo, dir-se-á que as denúncias mais frequentes da Inquisição são internas aos pequenos grupos, sem ligação com os processos de vigilância externa muito pouco significativos e ineficazes. O mito de uma sociedade vigiada pelos «familiares» do Santo Ofício não decorre dos processos inquisitoriais.

Os movimentos colectivos portugueses atendem, sobretudo, a esse dinamismo agressivo, ao mesmo tempo que, por ele, se explica a descontinuidade ou ondulação que os caracteriza. As categorias concebidas para descreverem a sociedade portuguesa têm de estar em condições de poderem comportar, na sua intensidade própria, essa forma de vectorizar os elementos seus componentes, essencialmente voltados para a promoção social. Aprender a realidade das tensões sociais, de flagrante e viva aplicação imediata, através de um conceito de classe expressa em relações de produção deixa escapar esse dinamismo fundamental. A generalidade do modo de produção aplicada às classes, faz-lhes perder «preensão» psicológica, constância de nexos efectivos, capacidade de explicação científica, prestígio e intervenção na qualidade de vida, tudo substituído por generalidades voluntaristas. Dentro das relações de produção mais diversas, podem

existir grupos com todas aquelas gradações, agindo em desencontro. São estes fenómenos concretos que realmente dominam. E o importante é que todos aqueles elementos sempre activos se opõem à criação ou ao nascimento de uma «consciência de classe», como atitude expressiva integrada no modo de produção, mesmo quando se considere resolvido, como nos séculos XIX e XX, o problema da comunicação e da transferência daquele conceito para os compromissos práticos.

A sequência das formas políticas, da sua ordenação social, o aproveitamento das diversas possibilidades económicas e os condicionamentos culturais onde se inserem têm de ser vistos caso por caso. Só os dados particulares é que devem orientar a procura daquele geral que mais sirva à compreensão da sociedade portuguesa, no seu equilíbrio e na sua dinâmica, sem a forçar a um modelo antecipado.

Se colocarmos as pressões dialécticas operativas nas relações de produção existentes no meio português, só muito indirectamente se apreendem os conteúdos que caracterizam a sociedade portuguesa. Além de todas as razões atrás referidas, a forma que esses factores de produção têm tomado em Portugal é sempre mesclada, incompleta e pouco típica. Nunca nenhum deles logrou tornar-se dominante. E, no entanto, a sociedade portuguesa tem-se transformado. A análise da sequência das suas mudanças, encadeadas como decalques de alterações dependentes das relações de produção resulta em generalidades que na pesquisa científica se revelam mais do que insuficientes. Os nexos evolutivos e as situações dinâmicas (assim como a variável substantivação dos grupos participantes) exigem uma qualificação específica. Para tanto, é indispensável considerar-se a promoção imediata, dentro do tempo social acessível aos grupos e não no conceito da «grande duração», como sucede quando se considera a mobilidade como ligada à interferência do modo de produção. Acresce, como se disse atrás, que, em Portugal, estas relações comportam formas extremamente mescladas, o que para a sua capacidade dinâmica seria muito restritivo.

Problema metodológico de particular relevo, quando se estuda o século XIX português. Este fica despojado do essencial, quando se estabelecem as suas tónicas por um desenho social cuja forma de pressão e presença se não dimensiona em concreto, na área onde actua, com a respectiva densidade demográfica, pirâmide de quadros, problemática da situação, recursos técnicos e materiais, modo de pensar,

tradição e conceitos de vida. Deste modo, assim, subaltermiza-se a procura de confrontos que provenham da própria formulação interna, tanto no que se refere aos objectivos e forças disponíveis, como à estratégia das motivações. A esse respeito, na sociedade portuguesa, o mecanismo da mobilidade para a promoção tem um papel decisivo. Por aí se atinge a formulação política correspondente e se estabelecem os objectivos dos grupos.

A análise dos confrontos em volta das condições de acesso, destaque, exclusão, rebatimento ou caução dos elementos sociais em movimento revela-se, em Portugal, especialmente reveladora, como elemento dinâmico e de grande capacidade de mobilização. Com efeito, são, afinal, as condições derivadas desse contexto as que melhor referem as possibilidades da sociedade. É à volta delas que se realiza a conjugação e a cisão no poder motor dos grupos. As condições da produção, nas suas variáveis, mesmo quando novas em Portugal, vêm aplicar-se a uma sociedade já constituída que as não inventou. A sociedade portuguesa *recebe* ou apreende meios de produção; não os cria. Há todo um conjunto de forças sociais prévias a caucioná-los e a seleccioná-los, a particularizá-los. Mas no caso da promoção social, os factores são concretos, constantes e imediatos. Solicitam satisfação de onde decorre ou a coesão ou o choque.

Os factores de mobilidade constituem a base concreta e dinâmica dos confrontos sociais portugueses, o próprio programa ordenador dos grupos e dos seus mecanismos de coesão e defesa. Se considerarmos, por exemplo, uma instituição tão persistente e significativa como o *morgadio*, na história portuguesa, logo verificamos que o seu atractivo e viabilidade prática (que, de modo algum, pertenceu só à nobreza) está no facto de assegurar a continuidade de uma posição social, em dado momento alcançada, tentando torná-la superior à variabilidade dos comportamentos pessoais. Procurando dar ao rendimento de uma propriedade um destino estável, dentro do critério da herança assegurada, visa tornar irreversível esse rendimento e ligá-lo a uma posição social. E assim, nós sabemos que havia «morgadios» solicitados e concedidos a artífices, mercadores, funcionários, soldados; foi até referido o caso de uma capela adquirida por um escravo <sup>(3)</sup>.

<sup>(3)</sup> Citado em Claudio Adriano da Costa, *Projecto do banco provincial*, Lisboa, 1846.

As razões gerais só têm presa na vida social portuguesa corrente quando comportam o inventário e as motivações concretas com que a sociedade funciona, dentro da orgânica colectiva; nelas se prendem os comportamentos e a criatividade que vigia o conjunto e o aproveita (4). Só um número muito limitado e escolhido de pessoas, seguras quanto aos mecanismos sociais da concorrência, de preparação abstracta e como tal propensa à antecipação (inimiga do pensamento histórico), afastadas dos motivos concretos de intervenção dos grupos, atende, para o século XIX e XX, ao modo de produção como motor da sequência histórica.

Os grupos intervenientes mais sensíveis, em Portugal, não estabelecem as suas finalidades desse modo. As controvérsias sociais projectadas nesse sentido são muito mais lentas do que a dinâmica da promoção, só dimensionável no imediato, no tangível. As classes sociais que procurassem a sua coerência a partir do modo de produção perderiam rapidamente a unidade, uma vez que, no real, os objectivos concretos predominam sobre as fundamentações distantes: a promoção é mais solicitante do que a solidariedade de classe, mesmo quando invocada. Nestas condições, a unidade só volta a ser imposta por consignas ideológicas e para os preteridos na promoção. Mas a mobilidade social e os seus critérios imediatos e tangíveis resistem a essas abstracções, pois ressaltam da realidade intrínseca ao homem em sociedade. Foram as razões ideológicas que unificaram o poderoso movimento republicano português dos fins do século XIX até à proclamação da República e não as relações de produção em que se tem insistido para o dar como o «partido da burguesia». E foram as desilusões em face da aplicação dos seus critérios de mobilidade e de promoção que o fez dividir-se e acabar por se extinguir como movimento autónomo.

Aspectos metodológicos com significativas consequências. Logo se altera com eles o desenho das classes sociais portuguesas. Assim, passa a tornar-se muito mais relevante referir, primeiro, a distribuição

(4) Lembremos, por exemplo, o que Fernão Lopes diz acerca da sociedade portuguesa de D. João I : «filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, per seu bom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos» (*Crónica de D. João I*, I Parte, Cap. CLXIII). Não estamos em face de qualquer «nova classe», mas da promoção de elementos novos às antigas, desejadas, categorias.

dos rendimentos e as oportunidades concretas da sua alteração por grupos que se moldam a tais oportunidades, sem que lhes interessem as clivagens das relações de produção. Torna-se igualmente indispensável apreender a constituição de outros grupos, seguindo diferentes perspectivas e outras exigências, cujos suportes próprios lhes permitem inserir-se, actuar e vencer, dentro do conjunto nacional, seu limite. A referência à burguesia comercial, industrial ou mesmo rural, aos camponeses, aos artífices ou às «contradições» de classe de quaisquer destes grupos carece de capacidade para expor a rica experiência social e política portuguesa. Importa seguir outro conceito. Assim, pela referência às habilitações, capacidades e processo de intervenção, devem considerar-se, no século XIX português (o que nos interessa focar aqui), os *intelectuais*. Como grupo, as suas posições têm lógica interna, sem derivarem, portanto, de infraestruturas e sem, por isso, deixarem de ser representativas; envolvem uma atitude perante a sociedade que os distingue pelos modos e meios de acção. Os *técnicos* levam a efeito análises e projectos com regras específicas de optimização e uma forma adequada para intervir nas decisões públicas e privadas. Os *militares* dispõem de formas de pressão com que se distanciam, em eficácia imediata, dos que pertencem à sociedade civil; mantêm, ao mesmo tempo, uma alta capacidade de acção conjunta. Os *funcionários* prestam colaboração administrativa e responsável que se harmoniza com uma dinâmica exigente e eficaz como quadro médio, dispondo também de recursos para acções concertadas. Sem esses grupos, de forte poder intervencionista, as classes que se definam a partir das relações de produção ou não têm capacidade interventora ou precisam de utilizar formas de coacção e domínio, iguais, em eficácia e resultados, aos que obteriam, nas mesmas condições, qualquer outro grupo social. E sem o conhecimento das realizações e serviços a cargo daqueles grupos, com coerência e objectivos próprios (mas não isolados), a evolução da sociedade portuguesa torna-se completamente incompreensível. O seu nexos com o processo produtivo nem é uniforme nem dá sempre os mesmos efeitos: insere-se nas condições do conjunto. Acrescente-se que se deveriam referir outros grupos cuja coesão e capacidade interventora também é sensível e decidem muitas vezes do espectro social para a criação de um dinamismo confluyente. Citemos o Clero, os agrupamentos regionais, os detentores da propriedade urbana, os exportadores, os transportadores, etc. Os seus processos de unificação são variáveis. Mas só importa considerar aqui, quanto

à análise teórica e pesquisa no domínio da história social, os grupos cuja existência e funcionamento limitam severamente a exclusividade interpretativa das categorias assentes em relações de produção.

Outros pontos se devem considerar. Mais importante do que o rendimento de um grupo social ou a sua origem é o modo como ele é consumido. Assim como também é certo que nenhum grupo social fica definido se não forem conhecidas as regras da sua interpretação do mundo e os seus conceitos quanto à qualidade de vida: nada disso é imediato, nem generalizável. Ora é preciso conhecer todos esses elementos de análise para podermos chegar à interpretação pessoal, onde a criatividade é superior às condicionantes, só assim contribuindo para o conhecimento da liberdade concreta da sociedade. Acresce que, ao aparecer ou tomar importância o papel do mercado numa economia, o modo como os produtores se ligam às vicissitudes desse mesmo mercado é mais dinâmico do que a própria produção. Na realidade, o grupo social está mais dependente do mercado do que das relações de produção.

O critério da definição das classes intervenientes no processo colectivo através das regras externas ou de meio (de que o modo de produção é dos mais frequentes), leva a que o historiador (ou o sociólogo) fique impossibilitado de alcançar o espectro social específico a cada grupo ou classe, uma vez que esta é tomada de uma forma excessivamente geral e por um critério que, sem analisar as relações imediatas, obriga a que se manifeste «em coerência». No entanto, a coerência provocada não é real.

A unidade de classe ordenada pelas relações de produção não existe. Só existe a unidade das perspectivas de promoção. Ora, o que importa ao historiador e ao sociólogo é fazer a prospecção, sem apreciações valorativas dos mecanismos interventores. A necessidade de um suporte público não os torna, por isso, sociais. A rivalidade, a vontade de poder, os laços de família, a procura de segurança, o projecto de promoção, a emulação são elementos essenciais de intervenção e de coerência social. Podem coincidir, às vezes, com as relações de produção, mas dispõem de uma dinâmica social específica com meios de pressão seus que não podem dissolver-se em dados só sociológicos ou biológicos. Aparecem como força dinâmica organizada, no conceito de geração.

A operatividade destes factores no processo social português tem sido subalternizada. Troca-se a pesquisa da finalidade e dos recursos

dos grupos activistas por cláusulas antecipadas. A capacidade dos grupos é raciocinada de acordo com um dinamismo programado e não no que se encontra pelos efeitos e reacções enunciados na documentação disponível. Ora a historia social não pode fazer-se pela intenção doutrinária dos participantes.

No caso do século xix português, o problema é, como disse, particularmente significativo, em virtude da grande riqueza dos movimentos históricos deste período. A aplicação de categorias formuladas para outras sociedades de muito diferente estrutura interna (na densidade demográfica e recursos económicos, na posição relativa dos grupos e motivações públicas, nacionais e regionais) acarreta erros e acumula carências. Se considerarmos a revolução de 1820 <sup>(4)</sup>, o primeiro movimento liberal português triunfante (embora o problema se pudesse analisar, desde os seus antecedentes), logo vemos as dificuldades que o seu estudo levanta, quanto feito em termos de classes articuladas a partir das relações de produção e condicionado a objectivos assim estabelecidos. Desse movimento nada resultou que possa relacionar-se com exigências provenientes dessas áreas escassamente dinâmicas da vida portuguesa. Os debates, tanto nos jornais, como na Assembleia, dão a esses problemas um relevo mínimo. As relações de produção não apresentam características de urgência ou tensão, como se verifica aliás pela hierarquia dos propósitos, ao serem enunciados os objectivos que os conspiradores se propunham atingir. Isto não significa a ausência de motivações económicas, mas a necessidade de as centrarmos na vivida formulação que essa época lhe deu. Proceder de outro modo, além de esquecermos a situação global em que o País se debatia e afectava a todos, deixamos de referir grupos específicos e actantes, inseridos de diferentes modos, no conjunto social, em que os elementos de produção constituem dados insuficientes e até vagos, em termos de acção directa. Nem a definição dos grupos nem a actividade se poderá alcançar, na dinâmica que os caracteriza, partindo dos nexos sociais que pretendem salientar relações de produção e as decorrências que por eles se estipulam para se compreender um movimento revolucionário onde elas afinal não apresentam qualquer especificidade dinâmica. A lista dos participantes na Revolução

<sup>(4)</sup> A própria qualificação do regime absolutista como «antigo regime» se ressent das conotações que, deste modo, se lhe dá com o regime francês conhecido pela mesma designação.

de 1820 <sup>(5)</sup> e a determinação da sua hierarquia ou envolvimento nos acontecimentos, mostra de uma forma iniludível, que tentar interpretá-la nesses termos ou daí derivados, formaliza os dados e transforma aquele facto histórico complexo numa peça de insinuação para a sociologia doutrinária <sup>(6)</sup>, secundarizando fases dialécticas e funcionais que a lógica interna dos grupos torna urgentes sem que o sejam pelas relações de produção.

Determinar os grupos intervenientes, dentro da sectorização concreta da sociedade portuguesa e suas motivações, exige e aponta outro espectro social e outra dinâmica. O motor social de maior audiência passa a dirigir-se ao processo de alargamento da mobilidade social e a uma menor fixação dos privilégios. Não a uma mudança nas relações de produção. Os grupos sociais mais activos localizam-se na área militar, nos intelectuais, no funcionalismo e na nobreza provincial, considerando tanto a que vive nas cidades do interior, como no campo. Os mercadores, — ou burguesia, na designação ambiciosa dos doutrinistas — afinal, tinham visto satisfeitas, na prosperidade que criaram, e nos privilégios a que tiveram acesso, a maior parte das suas aspirações.

A grande característica que a Revolução de 1820 apresenta, e que é capital na história contemporânea de Portugal, é a entrada na cena política portuguesa dos militares, como tais.

O fenómeno não é súbito, nem pode separar-se da evolução global da sociedade portuguesa. Ocorre juntamente com o reforço do funcionalismo. A estrutura militar <sup>(7)</sup>, neste conjunto, constituía tão só o elemento com maior poder de interferência imediata na organização do Estado.

O processo do reforço do funcionalismo e da maior relevância das estruturas militares desenvolve-se, sobretudo, a partir de 1730; acentua-se com a imposição, na direcção do Estado, de Sebastião José de Carvalho e Melo (aliás filho de um militar de nobreza modesta)

<sup>(5)</sup> Cf. José Maria Xavier de Araújo, *Revelações e Memórias para a história da Revolução de 24 de Agosto de 1820 e 15 de Setembro do mesmo ano*, Lisboa, 1846.

<sup>(6)</sup> Fernando Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, 1962.

<sup>(7)</sup> A expressão «estrutura militar» ou Exército refere aqui as forças armadas, nesta altura diferenciadas em forças de mar e de terra. O termo exército é pois empregado no seu significado sociológico.

também o relaciona com a força que o processo já tinha adquirido na segunda metade do reinado de D. João V, onde o corpo militar condicionava a influência da nobreza.

A reforma do Exército que o Marquês de Pombal levou a efeito, regulamentada pelo conde de Lippe, não é separável do mais variado equipamento do Estado com funcionários adscritos aos serviços criados ou renovados pelo governo pombalino. No que se refere a este corpo organizado — o Exército — o efeito político e social foi mais profundo.

Apesar da fonte do recrutamento do oficialato português estar muitas vezes na *categoria* da nobreza (embora esteja muito menos num conceito de *classe* nobre) ou próximo dela, depressa, por diferentes motivos, o Exército se tornou uma alternativa, face à fidalguia. Em primeiro lugar, sabemos que dispunha, para os seus oficiais, de um registo curricular mais objectivo e concreto do que a nobreza, muito embora esta também tivesse os seus averbamentos: os candidatos e os participantes na sua categoria graduada registavam-se em Ordens que os acolhiam e vigiavam.

Na folha militar, constavam os serviços prestados pelo próprio, não pela família, ainda que esta fosse, sempre, invocável. Esses registos tinham intervenção na escolha de pessoal para cargos oficiais ultramarinos ou para serviços escolhidos pelas especialidades necessárias. Em termos práticos, no Exército, os privilégios do cargo, da função e da especialidade tinham-se tornado mais importantes do que os privilégios de nascimento, embora isso não vá, de modo algum, até à ausência ou secundaridade total do nome. Os filhos segundos, os elementos das famílias «limpas» que entravam para o exército passavam a ter à sua frente uma verdadeira carreira que os podia levar a altos cargos. E, como se disse (sem que fosse indiferente a família de onde provinha o oficial) a referência do serviço condicionava ou decidia da promoção, nesse organismo especializado que era o exército.

Pouco interessaria, aqui, fazer o delineamento do serviço militar, como carreira. Tem mais alcance crítico mencionar a sua coerência como grupo e a possibilidade de pressão de que passou a dispor, à medida que cresciam as suas funções executivas. E com a tecnologia militar, o exército tendia a reforçar a especialidade mais pelas armas do que pelos «nomes»<sup>(5)</sup>.

<sup>(8)</sup> As «especialidades» militares tinham remunerações superiores ao serviço corrente: engenharia e cavalaria, por exemplo.

Ora, estes dois aspectos sociais do Exército — a coerência do grupo e a sua institucionalização — numa sociedade pouco diferenciada como a portuguesa, aumentaram a sua possibilidade de intervenção específica sobre o conjunto. O Exército, dentro das suas componentes, adquire formas próprias de se articular, em termos imediatos, com o corpo colectivo, para além das suas finalidades reais. No ultramar, o seu papel era mesmo decisivo, pelos quadros que fornecia e pelas garantias que dava ao exercício do poder.

O Exército português, na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), retomou a sua intervenção militar nas guerras europeias, interrompida desde 1713. Mas, fê-lo, renovando o seu papel coordenador da resistência nacional ao invasor franco-espanhol e que, brilhantemente, já tinha realizado, durante a Guerra da Restauração. Embora esta intervenção fosse menos importante, teve consequências no seu aumento da influência; por ela, o exército consolidava o seu significado e função dentro do corpo nacional. Como instituto autónomo e com mobilidade própria, voltou a manifestar-se na campanha do Rousilhão (1797-1798). Mas o que marcou de um modo decisivo o seu prestígio público foram as Invasões Francesas e as responsabilidades militares que, por elas, veio a assumir. E de modo tal assim foi que, depois do Congresso de Viena, o exército constituía, em Portugal — apesar da presença de estrangeiros nas suas fileiras — uma instituição de escala nacional e com meios internos de coordenação e de pressão, inexistente em qualquer outro organismo de Estado <sup>(9)</sup>. A junção dos comandos das unidades pertencia-lhe. Além disso, tinha passado a ter funções de responsabilidade política, em virtude da partida do rei para o Brasil e da presença de tropas inglesas em Portugal. Era ao Exército — e só a ele, nas condições de ausência do Rei — que competia expulsá-los.

Importa lembrar, por outro lado, que o exército dispunha também de uma interpretação social própria. Sem ser contraditória com a sociedade portuguesa, tinha dela um conceito que, sem qualquer mistério, aparece nos regulamentos. Assim, no exército inseriam-se os

<sup>(9)</sup> Situação bem claramente expressa no *Regulamento para a organização do Exército de Portugal publicado por ordem de sua Alteza Real*, Lisboa, 1816.

contrastes entre a nobreza de sangue, a adquirida e a funcional, denso conflito necessário e como tal dinâmico, presente em toda a história social portuguesa. É o exército que, desde o século xvii, dá uma definição nacional e institucional a este confronto. Politiza-o, no fim do século xviii, no debate à volta da monarquia absoluta. Nesta, o rei era o árbitro único que podia resolver as divergências, renovando, vigiando ou concedendo os privilégios. Estes, na análise política absolutista, nunca deveriam atingir a estrutura do poder: eram meios de governo.

O confronto do Exército com a nobreza de nascimento (sem que pretendesse excluí-la) tinha-o tornado como que o representante de um modo de interpretar a concessão de privilégios na monarquia absoluta. Aos privilégios de nascimento o exército acrescentava e salientava a promoção por mérito que, evidentemente, o sistema absoluto também praticava. Mas a tónica mais acentuada e a «laicização» do processo envolviam condições políticas. Não alterariam — supunham os militares — a essência do poder.

A partir de 1814, a luta contra a monarquia absoluta contava já com muitos quadros do Exército, exacerbados pela ausência do Rei e pela presença dos ingleses nos quartéis. Mas, para além destas razões circunstanciais, havia outros elementos nessa atitude: assentava na ideia de que o liberalismo hierárquico era possível. É bom não esquecer que o exército dispunha dessa experiência social: considerava que «conceder posição» a candidatos de menor categoria social não afectava a disciplina interna do organismo. A generalização do sistema era a sua proposta política. Sob duas formas: uns entendiam que deveria «acrescentar-se» à estratificação tradicional; outros consideravam que a deveria substituir, julgando sempre que essas aspirações de igualdade condicionada não iriam afectar os regulamentos, os privilégios militares ou a essência do Estado.

A revolução de 1820 tem um enquadramento essencialmente militar, sem deixar de ter função política e projecto social. Para além dos motivos imediatos, utilizava o princípio geral de «igualdade no mundo civil e privilégios no serviço», assim como uma concepção de Rei, como poder executivo. Ao mesmo tempo, aceitava uma sociedade de intervenção eleitoral (ainda que de sufrágio restrito).

O militar liberal concebia os seus privilégios como de serviço; a necessidade deles parecia-lhe evidente. Não lhe surgiu então a ideia de que eles, sendo normais na sociedade absolutista, noutra, podiam

ser considerados excessivos. Mas a forma de legitimar os privilégios pela função fazia calcular aos seus mentores de que poderiam funcionar assim na sociedade civil. Por aí, a pouco e pouco, o Exército veio aplicar à sociedade portuguesa o seu conceito das hierarquias necessárias. Tomava uma posição simultaneamente transformadora e conservadora; afirmando-se liberal — e sendo-o — defendia a necessidade dos privilégios de serviço, cujos seus eram.

O Exército dispunha, pois, de um tipo de sociedade. Esta característica marcou profundamente a sua posição, ao longo de todo o séc. xix e xx : defensor interessado e consciente de uma sociedade hierárquica (com modos variáveis de a realizar), partia do princípio que ela era conciliável com o liberalismo. Este facto é essencial para se definir o processo histórico português, carregado, desde o liberalismo, de tutela militar. O seu princípio orientador tem sido manter a sociedade portuguesa compatível com os seus privilégios e funções, justificando-se pela garantia de estabilidade e paz social assim asseguradas.

O triunfo dos militares liberais — e do seu conceito de sociedade patrocinada — pouco alterou as regras de promoção interna do exército. Este continuou a defender e a praticar, no liberalismo triunfante, a *promoção caucionada*, cuja definição, no caso do seu instituto, era estabelecida nos seus próprios órgãos disciplinares e por regras que não tinham em conta a colisão possível com os fundamentos do estado liberal, cuja evolução, no plano eleitoral, acabaria por lhes escapar. Mas, seja como for, o exército inseria-se, assim, no Estado liberal e continuava a definir-se com uma finalidade nacional. Só que, para isso, não lhe bastava uma função de defesa da fronteira. Assumiu, com o liberalismo imposto, uma função social. Tornava, nesta altura, o seu projecto compatível com a definição eleitoral do poder executivo, interpretado segundo princípios constitucionais bem estabelecidos. Deixara, porém, expressamente, de ser um organismo apartidário. Defendia, como grupo, um tipo de sociedade que considerava legítima e criadora. A sua vigilância interna garantia-lhe direitos no todo nacional. Mas poderia abranger assim a totalidade dos seus deveres?

Os políticos que acompanharam os vencedores da guerra civil que estabeleceu o liberalismo em Portugal não estavam de acordo quanto ao modo como ele havia de funcionar. Concordavam menos ainda quanto aos fundamentos do poder, o que, de certo modo, consideravam de interesse secundário. Em relação a este problema,

para além do absolutismo (ao qual fora suprimida a possibilidade de mobilizar a audiência que continuava a ter) diversificaram-se as posições políticas, sobretudo, no que se referiam ao aproveitamento do poder. Contudo, o mais agressivo das posições nos diversos liberais não se dirigia ao domínio económico, nem sequer ao político. Era social: concentrava-se à volta da partilha dos lugares.

As duas principais vias da opinião liberal — a que considerava o rei como um poder moderador e a que quase só lhe dava funções no executivo — procuravam aumentar a sua audiência pública. Para isso, davam relevo às consequências do conceito de poder que cada uma exibia. Uma exprimia um conceito de rei, como o chefe de Estado, outra pretendia enquadrá-lo dentro de instituições republicanas. Em ambos os casos, o Rei, como agente natural do poder, desaparecia <sup>(10)</sup>. Não obstante, o fundamento essencial do confronto entre as duas correntes estava sobretudo na rivalidade quanto aos conceitos, possibilidades e motivos de promoção, assim como na forma de preenchimento dos quadros. Eram duas clientelas, cada uma com os seus recursos e influências ou até corpos protectores armados. Nesta fase da implantação do liberalismo, o critério de promoção era a escolha, o proteccionismo, a recomendação, o empenho, em nome da necessidade de dar quadros e finalidades liberais à sociedade portuguesa e para recompensar os sacrifícios pela «causa liberal». Os concursos de pessoal (que foram propostos e nalguns casos até se executavam) foram considerados — resta saber com que força de razão — sujeitos a pressões cuja origem estava no compadrio político.

<sup>(10)</sup> Ao contrário do que muitas vezes se pensa — e isto não significa discordância ou concordância com o asserto — o poder pessoal na monarquia absoluta cristã é, essencialmente, uma forma de responsabilização, um processo para dar a esta última um conteúdo inofismável, só possível quando o detentor do poder tem a categoria viva e irrecusável de homem. Dentro da fórmula abstracta de Estado, essa responsabilização é difícil de atribuir e mais ainda de manter. O rei, como homem que é, fica sujeito sem quaisquer restrições, às regras da moral e aos fundamentos ontológicos da vida humana. Nesta concepção, *não pode* ser super-homem nietzschiano, nem criar, para si, uma moral própria. Esta, para o rei, como para todos os homens, é a que decorre dos mandamentos da Lei de Deus, como responsável pessoal e não como «delegado» do Estado, pelo voto ou serviço, que o tem, por acréscimo, à sua humana condição. Como pessoa, não pode fugir à força da lei moral que se lhe exige. O desejo de Calígula fazendo Senador um cavalo exprime, numa espécie de demonstração por absurdo, que o governante

Neste frenesi pelo acesso aos lugares, jogavam-se todos os recursos e não raro se usava a violência *Q* \*). O funcionalismo vivia, no dia a dia, estes problemas e dava-lhe, com facilidade, uma coloração política própria. A burguesia, segura da sua capacidade económica selectiva não hostilizava a *promoção caucionada* que o exército patrocinava, confiante em dela também poder beneficiar, sem que desprezasse ou se desinteressasse da escolha por concurso ou pela confiança política.

Em compensação, a nobreza, as hierarquias regionais, o clero eram adversos às promoções por escolha, por diferentes motivos. Mas, no seu conjunto, depressa perceberam que o modelo de sociedade que o liberalismo preparava para Portugal era o de uma sociedade estritamente eleitoral, onde a hierarquia sobreposta do exército e do funcionalismo sacrificava outras hierarquias com menor capacidade de resistência colectiva, como sejam o prestígio regional, a hierarquia religiosa e os privilégios de nascimento <sup>(12)</sup>. Estes últimos sistemas de evidência e de exercício das responsabilidades necessárias mantinham prestígio público: eram considerados superiores à promoção por escolha ou mérito «liberal» que o compadrio tinha aniquilado, no conceito público.

perde inteiramente o alcance, se deixar de ser um homem. E na monarquia absoluta cristã tem de ser um homem cristão. E quando houver o risco de deixai de o ser, o governo representativo torna-se indispensável. Compreende-se assim, perfeitamente, que a Igreja não tenha posto dificuldades de maior ao rei absoluto cristão, na medida em que o fosse. Mas isto era muito complexo para o militar liberal, que julgava útil guardar os seus próprios privilégios, sem deixar de nivelar os dos outros. Havia, sem dúvida, coerência e função pública neste ponto de vista. Suficiente para enfrentar as oscilações da sociedade civil? Eis o problema. Sendo estas as posições no plano doutrinário, os teóricos liberais salientavam, na sequência dos monarcómacos, as deficiências da aplicação. Deve, porém, dizer-se, que este aspecto, em análise modelar, é absolutamente irrelevante. Todas as doutrinas comportam o mesmo problema.

<sup>(11)</sup> Cf., por exemplo, a história narrada por Luz Soriano acerca do seu chefe de repartição: *O depoimento do Sr. official-maior Cravalho na comissão de inquérito acompanhado de alguns apontamentos biographicos para quem se dedicar a escrever a vida de tão notável contemporaneo*, Lisboa, 1856. Os panfletos a respeito de casos semelhantes são assaz frequentes. E os favoritismos eram bem sucedidos. Havia uma série de jornais, entre 1834 e 1846, que se dedicava a estas peças de escândalo.

<sup>(12)</sup> No romance de Júlio Dinis *Os fidalgos da casa mourisca* (1.<sup>a</sup> edição, 1871) descreve-se de um modo interessantíssimo essa resistência das hierarquias regionais às novas promoções e o seu «arranjo» final.

A escolha por mérito era, teoricamente, a única que o liberalismo podia aceitar. Mas o que era o mérito? Qual a idoneidade de quem o atribuía? Qual o seu poder de convencimento? Como se podia impor à sociedade comum quando ela era eleitoral? Como se podia, por esse modo, ter a certeza de ligar o mérito à competência? Questões que se hão-de arrastar ao longo do século xix português, na tentativa de constituir uma sociedade liberal exequível. E a corrupção do conceito oficial de mérito será um dos factores de maior dinamismo crítico dentro dela.

JORGE BORGES DE MACEDO